

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. – PETROLUSA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. – PETROLUSA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado do exercício	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A – PETROLUSA
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A - PETROLUSA (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A - PETROLUSA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa abstenção de opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em nossa visão, os principais assuntos de auditoria são:

- a. Provisões para contingências e Parcelamento Especial (notas explicativas 11 e 13)

A Companhia está envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais. As estimativas de perda são avaliadas pela administração periodicamente e levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

As provisões para contingências envolvem julgamento do consultor jurídico e da Administração e dependem do estágio de cada processo e da jurisprudência, que podem mudar com o passar do tempo. Essa área foi um dos focos de nossa auditoria em função do grau de julgamento nas estimativas, que podem levar a efeitos significativos sobre a posição patrimonial e financeira e desempenho das operações.

Para responder ao risco dessa estimativa, efetuamos os seguintes procedimentos:

- 1) Indagação à administração sobre discussões e processos judiciais;
- 2) Solicitamos e obtivemos confirmações de informações diretamente dos advogados externos da Companhia e comparamos com a estimativa da administração;
- 3) Analisamos e discutimos, conforme apropriado, a classificação da avaliação de perda de processos judiciais nos exercícios de 2015 e 2016, a fim de observar sua consistência.

Em decorrência da aplicação de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que as provisões e as divulgações efetuadas são consistentes com as informações e documentos obtidos.

Outros assuntos

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11, que indica que a Companhia mantém registrado no passivo o montante de R\$ 529 mil referente ao parcelamento especial (PAES). Em novembro de 2009, a Companhia optou pela migração do saldo do PAES para o parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 (Refis IV), que estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios. Consideramos que o saldo de R\$ 629 mil está razoavelmente apresentado, no entanto, temos incerteza quanto a eventuais diferenças apresentadas pela Receita Federal do Brasil, quando da análise e consolidação do parcelamento, por ainda estarem em fase de análise junto ao órgão.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis,

nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 10 de fevereiro de 2017

P & L AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-CE 000875/O-7

PAOLO GIUSEPPE ARAÚJO
CONTADOR CRC-CE 010.539/O-0

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A - PETROLUSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.623	14.352	Fornecedores e outras contas a pagar	10	188	201
Contas a receber	5	816	909	Obrigações sociais e tributárias	11	663	820
Estoques	6	594	797	Parcelamentos de tributos	12	96	96
Tributos a recuperar	7	-	3	Dividendos a pagar	13	358	502
Outros créditos		54	51	Outros		14	39
Total do circulante		16.087	16.112	Total do circulante		1.319	1.658
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	14	2.320	2.320	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	2.320	2.320
Investimentos	8	138	138	Parcelamentos de tributos	12	433	541
Imobilizado	9	260	290	Total do não circulante		2.753	2.861
Total do não circulante		2.718	2.748	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	6.893	6.893
				Ações em tesouraria	15	(12)	(12)
				Reserva de lucros	15	7.852	7.460
				Total do patrimônio líquido		14.733	14.341
Total do Ativo		18.805	18.860	Total do Passivo e Patrimônio líquido		18.805	18.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. - PETROLUSA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	11.541	13.782
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	17	(8.923)	(10.171)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		2.618	3.611
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Vendas	18	(828)	(835)
Administrativas	19	(2.735)	(2.505)
Outras receitas operacionais, líquidas		(189)	(118)
		(3.752)	(3.458)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		(1.134)	153
Receitas financeiras	20	1.897	1.725
Despesas financeiras	20	(5)	(11)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		758	1.867
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(287)	(589)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		471	1.278
Resultado por ação			
Resultado por ação - Básico (em R\$)		0,21	0,57
Resultado por ação - Diluído (em R\$)		0,21	0,57

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A - PETROLUSA**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.893	(12)	886	5.573	-	13.340
Reversão de dividendos				27		27
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.278	1.278
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	64	-	(64)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	910	(910)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(304)	(304)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.893	(12)	950	6.510	-	14.341
Reversão de dividendos				33		33
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	471	471
Destinação do lucro líquido:						
Constituição de reserva legal	-	-	24	-	(24)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	335	(335)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(112)	(112)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.893	(12)	973	6.878	-	14.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A - PETROLUSA**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	471	1.278
Depreciação e amortizações	31	33
Lucro líquido ajustado	<u>502</u>	<u>1.311</u>
(Aumento) redução do ativo operacional		
Contas a receber	93	507
Estoques	203	63
Tributos a recuperar	3	308
Outros ativos circulantes	(3)	-
Aumento (redução) do passivo operacional		
Fornecedores e outras contas a pagar	(13)	(147)
Obrigações sociais e tributárias	(157)	134
Parcelamentos de tributos	(108)	(101)
Outros	(25)	28
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	<u>(7)</u>	<u>792</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>495</u>	<u>2.103</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(1)	(2)
Aquisição de investimento	-	(4)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>(1)</u>	<u>(6)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Juros de empréstimos	-	1
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	-	(52)
Dividendos pagos	(223)	(182)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	<u>(223)</u>	<u>(233)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>271</u>	<u>1.864</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.352	12.488
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14.623	14.352
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	<u>271</u>	<u>1.864</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A - PETROLUSA**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	15.270	18.300
Outras receitas		
	<u>15.270</u>	<u>18.300</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.745)	(7.922)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.497)	(1.424)
	<u>(8.242)</u>	<u>(9.346)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>7.028</u>	<u>8.954</u>
Depreciação e amortização	(31)	(33)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>6.997</u>	<u>8.921</u>
Valor adicionado recebido em transferência	1.897	1.725
Receitas financeiras	1.897	1.725
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>8.894</u>	<u>10.646</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	3.543	3.451
Remuneração direta	3.060	3.086
Benefícios	194	169
FGTS	289	196
Impostos, taxas e contribuições	4.875	5.906
Federais	2.504	3.005
Estaduais	2.323	2.858
Municipais	48	43
Remuneração de capitais de terceiros	5	11
Juros	5	11
Remuneração de capitais de terceiros	471	1.278
Lucros retidos e dividendos propostos	359	974
Dividendos	112	304
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	<u>8.894</u>	<u>10.646</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 1967, atualmente com sede social na Rua Amâncio Filomeno, nº 199, Mucuripe, cidade de Fortaleza, Ceará, é uma sociedade de capital aberto domiciliada no Brasil. A Companhia tem como objetivo social preponderante a fabricação e a comercialização de solventes, graxas, massa plástica, massa corrida (PVA), fluidos para freios, pulver oil (óleo para pulverização) e laca seladora.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, prevista na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638 e da Lei nº 11.941 e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2017.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – continuação

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos e mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

c) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Resumo das principais práticas contábeis – continuação

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 5.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. **Resumo das principais práticas contábeis** – continuação

e) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. **Resumo das principais práticas contábeis** – continuação

h) Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou no fornecimento de produtos ou serviços, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado ou estoque, seu valor justo apurado na data da reclassificação torna-se seu custo para a contabilização subsequente.

i) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. Resumo das principais práticas contábeis – continuação

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

m) Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo Adicional Proposto”. Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

n) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. São reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. – PETROLUSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	9	3
Bancos conta movimento	119	517
Certificado de depósito bancário – CDB	14.495	13.832
Total	<u>14.623</u>	<u>14.352</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e apresentaram taxa média de 100% do CDI.

5. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Duplicatas a receber	1.050	1.143
Cheques em cobrança	23	23
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(257)	(257)
Total	<u>816</u>	<u>909</u>

As contas a receber têm os seguintes prazos de vencimento:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Vincendos	702	796
Vencidos		
Até 30 dias	61	58
De 31 a 60 dias	5	16
De 61 a 90 dias	10	4
De 91 a 120 dias	24	3
De 121 a 180 dias	14	3
De 181 a 360 dias	3	8
Mais de 360 dias	231	254
	<u>1.050</u>	<u>1.143</u>

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, considerando a expectativa de realização dos títulos.

6. Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Matérias primas	259	366
Materiais de embalagem	226	204
Produtos acabados	97	209
Outros	12	18
Total	<u>594</u>	<u>797</u>

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. – PETROLUSA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

7. Investimentos

Participação em outras sociedades

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda.	41	41
Perdas estimadas em investimentos	<u>(41)</u>	<u>(41)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

A investida Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda. encontra-se inativa e em processo de baixa do seu registro na Receita Federal do Brasil, motivo pelo qual a Companhia constituiu perdas estimadas em investimentos no valor correspondente.

Outros investimentos

A Companhia adquiriu, em 21 de agosto de 2013, Títulos de Capitalização junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 15 (R\$ 15 em 2015).

Propriedade para investimentos

O Pronunciamento Técnico CPC 28 (Propriedades para Investimento) define que as propriedades que sejam mantidas pela Companhia com o objetivo de auferir renda de aluguel ou para valorização do capital caracterizam-se como propriedades para investimento. Por este motivo, a Administração da Companhia definiu que alguns de seus imóveis serão destinados à obtenção de renda por meio de aluguel e valorização de capital, sendo vedada a sua venda. A decisão de tornar alguns ativos em bens destinados à obtenção de renda vem da estratégia da Administração em manter fluxos de caixas contínuos e perenes capazes de suportar os gastos fixos da Companhia de forma que os resultados de sua atividade principal sejam refletidos da melhor forma possível.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Terreno – Recife	124	124
Edificações – Recife	79	79
Depreciação Edificações – Recife	<u>(79)</u>	<u>(79)</u>
Total	<u>123</u>	<u>123</u>

Valor justo da propriedade para investimento	580	580
--	-----	-----

A Administração da Companhia optou por manter o registro das propriedades para investimentos pelo método de custo, adicionalmente, assim como também optou pela não divulgação nas demonstrações contábeis o valor justo destas propriedades para investimentos.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. – PETROLUSA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

8. Imobilizado

	2016			2015			
	Taxa de Deprec.	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido
Terrenos		19	-	19	19	-	19
Edificações	4%	1.203	989	214	1.203	966	237
Instalações	10%	759	759	-	759	759	-
Máquinas e equipamentos	10%	578	571	7	578	569	9
Móveis e utensílios	10%	298	282	16	298	282	16
Computadores e periféricos	20%	155	151	4	154	145	9
Veículos	25%	1.358	1.358	-	1.358	1.358	-
Total		4.370	4.110	260	4.369	4.079	290

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo 31/12/2014	4.367	4.046	321
Adições/Depreciação	2	33	(31)
Saldo 31/12/2015	4.369	4.079	290
Adições/Depreciação	1	31	(30)
Saldo 31/12/2016	4.370	4.110	260

A Companhia realizou revisão das taxas de depreciação e tempo de vida útil destes bens, sendo mantidas as taxas de depreciação utilizadas anteriormente.

9. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores diversos	188	201
Total	188	201

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazo previsto de liquidação entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

10. Obrigações sociais e tributárias

	2016	2015
Provisão para férias	172	210
INSS/FGTS	166	181
ICMS	128	214
IPI	41	47
PIS/COFINS	78	85
Outros tributos	78	83
Total	663	820

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. – PETROLUSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

11. Parcelamento de tributos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Parcelamento – Lei 10.684/2003	96	96
Provisão PAES	433	541
Total	<u>529</u>	<u>637</u>
Circulante	96	96
Não circulante	433	541

Em junho de 2003, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Paes), nos termos da Lei nº 10.684/03. A Companhia não concordou com a consolidação dos débitos tributários realizados pela Receita Federal do Brasil, motivando questionamentos administrativos.

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela migração dos débitos incluídos no Paes para o parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios. Naquela data, o montante de R\$ 700 foi provisionado pela Companhia, por ser considerado adequado para cobrir o montante inserido no parcelamento.

12. Dividendos a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Relativo ao exercício de 2012	-	33
Relativo ao exercício de 2013	99	100
Relativo ao exercício de 2014	65	66
Relativo ao exercício de 2015	82	303
Relativo ao exercício de 2016	112	-
Total	<u>358</u>	<u>502</u>

Em virtude de a Administração da Companhia não ter conhecimento da localização de parte dos acionistas e não haver manifestações por parte destes, os dividendos são mantidos em provisão por três anos e, posteriormente, revertidos ao patrimônio líquido, conforme determinado no estatuto da Companhia.

13. Provisões para risco cíveis, tributários e trabalhistas

Provisão com probabilidade de perda provável

A Companhia mantém provisão para contingências tributárias passivas, julgada suficiente pelos assessores jurídicos, as quais estão integralmente cobertas por depósitos judiciais, conforme a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IPI sobre insumos	2.035	2.035
COFINS	180	180
Seguro sobre acidente de trabalho – SAT	105	105
Total	<u>2.320</u>	<u>2.320</u>
Depósitos judiciais	<u>2.320</u>	<u>2.320</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

13. Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas – continuação

A Companhia foi autuada pelo Fisco Federal, no exercício de 1992, em matéria referente ao recolhimento do IPI, do PIS e da COFINS, realizando o depósito judicial por meio de depósito judicial dos montantes envolvidos na autuação. No entanto, a Companhia optou pela desistência do processo em virtude da adesão ao programa de parcelamento instituído pelo Governo, no entanto, optou por não realizar a baixa dos saldos relacionados aos montantes depositados judicialmente.

Processos com probabilidade de perda possível

A companhia possui causas de natureza tributária relativas à contestação de irregularidades de pedidos de compensação e solicitação de restituição do imposto de renda de exercícios anteriores que montam R\$ 1.008 (R\$ 656 em 2015). Os assessores jurídicos da Companhia indicaram a probabilidade de perda possível para estas causas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado é composto por 12.000.000 de ações nominativas, não endossáveis e sem valor nominal, das quais 2.250.000 ações foram subscritas e integralizadas:

	<u>Autorizado</u>	<u>Integralizadas</u>
Ordinárias	3.000.000	496.437
Preferenciais		
Classe “A”	2.000.000	226.530
Classe “B”	3.000.000	538.663
Classe “C”	<u>4.000.000</u>	<u>988.370</u>
Total	<u>12.000.000</u>	<u>2.250.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes benefícios:

- a) Prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmios.
- b) Participação, sem restrições, nos aumentos de capital, decorrentes de incorporação de reservas.

b) Ações em tesouraria

A Companhia efetuou a recompra de 79 (setenta e nove) mil ações representativas de seu capital social, com o objetivo de permanência em tesouraria, visando a maximizar a geração de valor para os acionistas na eventualidade de cancelamento das mesmas.

c) Distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurada a destinação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme legislação em vigor e em observância às disposições estatutárias.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	470	1.278
Reserva legal – 5%	24	64
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	<u>446</u>	<u>1.213</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>112</u>	<u>303</u>
Dividendos por ação	<u>0,0497</u>	<u>0,1346</u>

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. – PETROLUSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

15. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Venda de produtos	15.342	18.340
Devoluções	(72)	(40)
Impostos	(3.729)	(4.518)
Receita operacional líquida	<u>11.541</u>	<u>13.782</u>

16. Custo dos produtos vendidos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Materiais	6.620	7.749
Pessoal	1.253	1.308
Encargos sociais	591	546
Depreciação	30	33
Outros custos	429	535
	<u>8.923</u>	<u>10.171</u>

17. Despesas com vendas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	273	269
Encargos sociais	100	88
Comissões	349	414
Outras despesas	106	64
	<u>828</u>	<u>835</u>

18. Despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	1.203	1.115
Encargos sociais	314	263
Serviços de terceiros – PJ	504	485
Despesas com consultoria	258	239
Outras despesas	456	404
	<u>2.735</u>	<u>2.505</u>

19. Resultado financeiro líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	1.872	1.640
Juros ativos	19	29
Outras	6	56
	<u>1.897</u>	<u>1.725</u>
Despesas financeiras		
Abatimentos	(5)	(3)
Encargos	-	(8)
	<u>(5)</u>	<u>(11)</u>
	<u>1.892</u>	<u>1.714</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

20. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia registrou lucro real conforme apresentado abaixo:

	2016	2015
Lucro líquido antes do imposto de renda	674	1.867
(+) Adições	259	35
(-) Exclusões	-	(65)
Lucro real	933	1.837
Imposto de renda	204	424
Contribuição social	83	165

21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínuas. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Composição dos saldos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados.

	Saldo contábil em 2016	Valor justo (não auditado) em 2016	Saldo contábil em 2015	Valor justo (não auditado) em 2015
Caixa e equivalentes de caixa	14.623	14.623	14.352	14.352
Contas a receber de clientes	816	816	909	909
Fornecedores	188	188	201	201

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras foram avaliadas com base no valor das cotações de mercado desses títulos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

21. Instrumentos financeiros – continuação

Estoques

A Companhia efetuou o levantamento do valor de mercado de itens em estoque com base no valor de venda efetiva ou com as expectativas do valor de venda, consoante as regras de preços praticadas no mercado.

Concentração de risco de crédito

As contas a receber estão pulverizadas em diversos clientes, resguardando a Companhia dos riscos relacionados à concentração de créditos.

22. Seguros

A Companhia mantém seguro contra incêndio para os bens do imobilizado e estoques. As coberturas foram determinadas pela administração em função dos riscos envolvidos.